



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Subsecretaria de Atividade Psicossocial

Acordo de Cooperação Técnica n.º Acordo cooperação técnica
ABO

MINUTA

**ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A DEFENSORIA PÚBLICA
DISTRITO FEDERAL E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIC
TAGUATINGA PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, no Trecho nº 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF, CEP: 71.200-219, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.219.624/0001-83, neste ato representado pelo Defensor Público-Geral, Exmo. Sr. CELESTINO CHUPEL, nomeado pelo "Decretos de 4 de abril de 2022", publicado no DODF nº 65, de 05 de abril de 2022, e reconduzido pelo "Decretos de 10 de abril de 2024", publicado no DODF nº 26-A, de 10 de abril de 2022, portador da matrícula funcional nº 0118377-X; e A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA, no endereço QS 10, Bloco D, Conjunto 210, Lote 01, Aguas Claras, Distrito Federal, inscrito(a) no CNPJ/MF nº 00.573.014/0001-02, neste ato representado(a) pelo Presidente, Sr. Marcelo Basílio da Motta Gabriel, conforme atos constitutivos da empresa, RESOLVEM celebrar o presente Acordo de Cooperação Técnica, tendo em vista o que consta do Processo nº. 00401-00026025/2024-13 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 44.330 de 16 de março de 2023 de 16 de maio de 2023, e demais legislações correlatas, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução de assistência odontológica a ser executado na ABO Taguatinga endereço QS 10, Bloco D, Conjunto 210, Lote 01, Aguas Claras, Distrito Federal, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

Marcelo Basílio da Motta Gabriel

[Handwritten signature]

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- d) comunicar ao outro partícipe qualquer necessidade de ajuste das metas
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- k) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo;
- l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da Defensoria Pública do Distrito Federal:

- a) Realização de Acolhimento das Vítimas (DPDF, SUAP)
- b) Explicação sobre o funcionamento e regras do projeto (DPDF, SUAP)
- c) Encaminhamento da vítima à instituição parceira disponível para consulta preliminar (DPDF, SUAP)
- d) Avaliação dos danos sofridos pela vítima (SUAP) Realização de acolhimento pós tratamento (DPDF, SUAP)
- e) Realização pesquisa de satisfação junto às vítimas (DPDF, SUAP)
- f) Confecção de Relatório Gerencial trimestral contendo os números de atendimentos e resultado da pesquisa de satisfação da pessoa assistida (DPDF, SUAP) com encaminhamento à DPG e PCDF

CLÁUSULA QUINTA DAS OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA:

Marcelo Barboza da Motta Lahr

[Handwritten signature]

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA

- a) Avaliação dos danos sofridos pela vítima
- b) Realização dos procedimentos necessários à recuperação parcial ou total da saúde bucal da vítima
- c) Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo;
- d) Encaminhamento à DPDF de relatório acerca dos procedimentos realizados

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de cada partícipe.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS

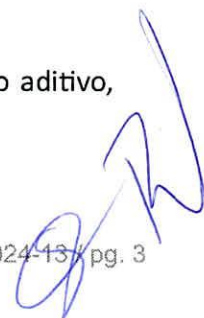
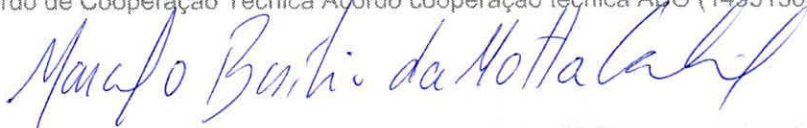
Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de um ano a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.



CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Defensoria Pública do Distrito Federal providenciará a publicação resumida deste Acordo no Diário Oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até XX dias após o encerramento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018

Manoel Bastião da Motta

[Handwritten signature]

Para o cumprimento da Lei nº 13.709/2018:

a) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução da cooperação técnica, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras organizações ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto do acordo.

b) As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do presente ajuste, por inobservância à LGPD.

c) As partes declaram que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.

d) O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será a Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados (UGLGD), por intermédio do endereço de correio eletrônico: .

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Acordo de Cooperação.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pela **DPDF**:



CELESTINO CHUPELE

Defensor Público-Geral

Pela **ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA**:



Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-

30

Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto de Títulos

QSA 24 LOTE 01 | TAGUATINGA SUL | CEP 72015-240 | DF
www.cartoriode>tagua.>nga.com.br | Fone: 61 3044-9376 - 3044-9350 | email: cart3tag@terra.com.br
Titular: Cezio Martins da Costa

RECONHEÇO por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[GNOibKa2]-MARCELO BASILIO DA MOTTA GABRIEL

Em Testemunho _____ da Verdade.
Taguatinga, 30 de Setembro de 2024
 Yuri Araujo Martins da Costa - ESCRIVENTE
 Lillian Moraes Ventura Máximo - ESCRIVENTE
TJDFT20240191390722JKCS
Para consultar o selo: www.tjdf.jus.br



Neiva Lopes R. Falcomer
Auxiliar

6449060.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Comercial Norte Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, SS, Sala 05 - Bairro Asa Norte - CEP 70711-000 - DF

2196-4468

00401-00026025/2024-13

Doc. SEI/GDF 149513632



Plano de Trabalho - DPDF/SUAP

PLANO DE TRABALHO REFERENTE À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DPDF E A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA, COM FUNDAMENTO NO ART. 260, DO DECRETO Nº 44.330, DE 16.03.2023.

1. DADOS CADASTRAIS (CONVENIENTE/PROPONENTE)

Tipo () Público (X) Privado	2 – Nome / Razão Social da Secretaria Municipal Interessada: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA			3 – CNPJ: 000.573.014/0001-02
Endereço QS 10, Bloco D, Conjunto 210, Lote 01				
Cidade Aguas Claras	UF Distrito Federal	CEP 71.978-190	(DDD) Telefone 1 3356-8724	(DDD) Telefone 2 99303-8644
Nome do representante legal Marcelo Basílio da Motta Gabriel Presidente da ABO Taguatinga				

2. OUTROS PARTÍCIPES (CONCEDENTE)

Tipo (x) Público () Privado	2 – Nome / Razão Social da Secretaria Municipal Interessada: DEFENSORIA PUBLICA DO DISTRITO FEDERAL			3 – CNPJ: 12.219.624/0001-83
Endereço				

Marcelo Basílio da Motta Gabriel

[Handwritten signature]

Cidade BRASÍLIA	UF DF	CEP 71.200-219	(DDD) Telefone 1 (61) 2196-4314	(DDD) Telefone 2 (61) 2196-4365
Nome do representante legal CELESTINO CHUPEL Defensor Público-Geral				

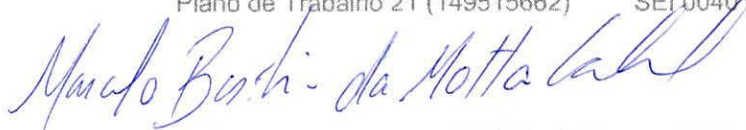
3. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Prestação de serviços odontológicos nas especialidades de Dentística, Endodontia e Cirurgia.

4. JUSTIFICATIVA

O Projeto tem por objetivo a criação do "Projeto Volte a Sorrir", decorrente da Portaria Conjunta nº 04, de 29 de fevereiro de 2024, publicada no DODF nº 66, de 08 de abril de 2024, que efetiva a parceria entre a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) e a Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), para fins de garantir o acesso à justiça, em sua acepção ampla, e promover a recuperação da saúde bucal e da autoestima de mulheres vítimas de violência doméstica, através da facilitação do atendimento odontológico gratuito com entidades voluntárias devidamente credenciadas e por meio do acolhimento e acompanhamento psicossocial da DPDF. A iniciativa visa promover ações de recuperação da saúde bucal e da autoestima dessas mulheres, contribuindo para sua reinserção social e minimizando os reflexos advindos da violência vivenciada. Na pesquisa de violência contra a mulher nos estados e no DF realizada recentemente pelo DataSenado, em sua 10ª edição, mostra que "O levantamento nacional mostra que 68% das brasileiras têm uma amiga, familiar ou conhecida que já sofreu violência doméstica. Esse índice é ainda maior entre as tocantinsenses (75%), acrianas (74%) e amazonenses (74%)." (Fonte: Agência Senado). Ainda, "De acordo com a pesquisa, a percepção de que a violência doméstica aumentou nos últimos 12 meses é majoritária em todo o país (74%), com algumas variações nas unidades federativas. O maior percentual de mulheres que afirmam que a violência doméstica aumentou está no Distrito Federal (84%), e o menor, no Rio Grande do Sul (62%)" Além dos danos físicos, a violência contra a mulher também causa graves sequelas emocionais, como baixa autoestima, depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático. Essas sequelas podem dificultar a vida social, profissional e pessoal das vítimas, comprometendo sua qualidade de vida e autonomia, mormente diante de uma eventual situação de injustiça social evidenciada quando da ausência de ações e iniciativas que visem minimizar os danos advindos do ciclo de violência vivido pelas vítimas. O "Projeto Volte a Sorrir" reconhece a importância da saúde bucal para a autoestima e o bem-estar das mulheres e viabiliza o atendimento odontológico gratuito para auxiliar na recuperação da saúde bucal das vítimas de violência doméstica. Além disso, o projeto também oferece o acolhimento e acompanhamento psicossocial para auxiliar as mulheres a lidar com os traumas da violência e reconstruir sua autoestima. Assim, o "Projeto Volte a Sorrir" nasce da necessidade de favorecer um atendimento integral e humanizado às mulheres vítimas de violência doméstica no Distrito Federal, reconhecendo as sequelas físicas e emocionais que este tipo de violência causa.

5. METAS A SEREM ATINGIDAS



Deverão ser atendidas 02 mulheres formalmente inscritas no projeto "Volte a Sorrir" (vítimas de violência doméstica) por mês. A parceria inclui as especialidades de Dentística, Endodontia e Cirurgia. Esta meta pode ser alterada conforme conveniência e anuência entre as partes.

6. ETAPAS OU FASES DE EXECUÇÃO

Cabe à Defensoria Pública do Distrito Federal:

- Realização de Acolhimento das Vítimas (DPDF, SUAP)
- Explicação sobre o funcionamento e regras do projeto (DPDF, SUAP)
- Encaminhamento da vítima à instituição parceira disponível para consulta preliminar (DPDF, SUAP)

Cabe à Associação Brasileira de Odontologia-DF Regional Taguatinga

- Avaliação dos danos sofridos pela vítima (instituição credenciada)
- Realização dos procedimentos necessários à recuperação parcial ou total da saúde bucal da vítima (instituição credenciada)
- Encaminhamento à DPDF e à polícia civil de relatório acerca dos procedimentos realizados (instituição credenciada)

Cabe à Defensoria Pública do Distrito Federal:

- Realização de acolhimento pós tratamento (DPDF, SUAP)
- Realização pesquisa de satisfação junto às vítimas (DPDF, SUAP)
- Confecção de Relatório Gerencial trimestral contendo os números de atendimentos e resultado da pesquisa de satisfação da pessoa assistida (DPDF, SUAP) com encaminhamento à DPG e PCDF

7. PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de cada partícipe.

8. PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO OBJETO

O prazo de vigência deste Plano de Trabalho será de 360 dias a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

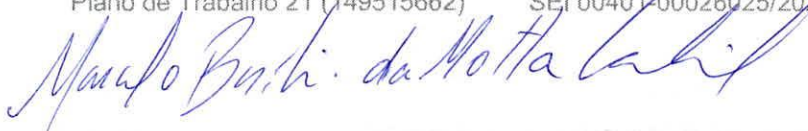
9. APROVAÇÃO

Pela DPDF:



CELESTINO CHUPELE

Defensor Público-Geral



Pelo a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-DF REGIONAL TAGUATINGA:

Marcelo Basílio da Motta Gabriel
Presidente da ABO Taguatinga

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor Comercial Norte Quadra 01, Lote G, Ed. Rossi Esplanada Bussiness, SS, Sala 05 - Bairro Asa Norte - CEP
70711-000 - DF
Telefone(s): 2196-4468
Sítio - www.defensoria.df.gov.br

00401-00026025/2024-13

Doc. SEI/GDF 149515662

3º Ofício de Notas, Registro Civil e Protesto de Títulos
QSA 24 LOTE 01 | TAGUATINGA SUL | CEP 72015-240 | DF
www.cartoriodelataguatinga.com.br | Fone: 61 3044-9376 - 3044-9350 | email: cart3tag@terra.com.br
Titular: Elizio Martins da Costa

RECONHECO por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de:
[GND1BR3]-MARCELO BASILIO DA MOTTA GABRIEL

Em Testemunho _____ da Verdade.
Taguatinga, 30 de Setembro de 2024
 Em Araújo Martins da Costa - ESCRIVENTE
 Lillian Moraes Ventura Máximo - ESCRIVENTE
TJDFT20240191390723YBCR
Para consultar o selo: www.tjdft.jus.br

Neiva Lopes R. Falcão
Auxiliar



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria de Projetos Estratégicos

Acordo de Cooperação Técnica n.º - Minuta

PLANO DE TRABALHO REFERENTE À CELEBRAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE A DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL-DPDF E O CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF**, com sede no Setor de Indústria e Abastecimento, no Trecho n.º 17, Rua 07, Lote 45, Brasília-DF, CEP: 71.200-219, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.219.624/0001-83, neste ato representado pelo Defensor Público-Geral, Exmo. Sr. **CELESTINO CHUPEL**, nomeado pelo "Decretos de 4 de abril de 2022", publicado no DODF n.º 65, de 05 de abril de 2022, e reconduzido pelo "Decretos de 10 de abril de 2024", publicado no DODF n.º 26-A, de 10 de abril de 2022, portador da matrícula funcional n.º 0118377-X; e **O CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA**, com sede em Brasília, no endereço Setor de Grandes Áreas sul quadra 613 bloco A sala 301, inscrito(a) no CNPJ/MF n.º 00.422.333/0001-09, neste ato representado pelo, Reitor Sr. (a) **LUIZ CLAUDIO COSTA**, conforme atos constitutivos da empresa, RESOLVEM celebrar o presente **Acordo de Cooperação Técnica**, tendo em vista o que consta do Processo n.º. 00401-00026083/2024-39 e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto n.º 44.330 de 16 de março de 2023 de 16 de maio de 2023, e demais legislações correlatas, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Cooperação Técnica é a execução de assistência odontológica a ser executado no SGAS 613, Conjunto G, Av. L2 Sul, Brasília - Distrito Federal, localizado no Campus Edson Machado – IESB Sul, conforme especificações estabelecidas no plano de trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de trabalho que é parte integrante do presente Acordo de Cooperação Técnica, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- a) elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- b) executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- c) responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo;
- d) analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- e) cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- f) realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- g) disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- h) permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- i) fornecer ao parceiro as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- j) manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver

expressa autorização dos partícipes;

k) Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e

l) obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso.

Subcláusula única. Os partícipes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades da Defensoria Pública do Distrito Federal:

- Realização de Acolhimento das Vítimas (DPDF, SUAP)
- Explicação sobre o funcionamento e regras do projeto (DPDF, SUAP)
- Encaminhamento da vítima à instituição parceira disponível para consulta preliminar (DPDF, SUAP)
- Avaliação dos danos sofridos pela vítima (SUAP)
- Realização de acolhimento pós tratamento (DPDF, SUAP)
- Realização pesquisa de satisfação junto às vítimas (DPDF, SUAP)
- Confecção de Relatório Gerencial trimestral contendo os números de atendimentos e resultado da pesquisa de satisfação da pessoa assistida (DPDF, SUAP) com encaminhamento à DPG e PCDF

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESB - CENTRO DE EDUCACAO SUPERIOR DE BRASILIA LTDA.:

Para viabilizar o objeto deste instrumento, são responsabilidades do Centro de Educação Superior de Brasília:

- Avaliação dos danos sofridos pela vítima;
- Realização dos procedimentos necessários à recuperação parcial ou total da saúde bucal da vítima;
- Responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo; e
- Encaminhamento à DPDF de relatório acerca dos procedimentos realizados

CLÁUSULA SEXTA – DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Cada partícipe designará formalmente o responsável titular e respectivo suplente, para acompanhar a execução e o cumprimento do objeto do Acordo de Cooperação Técnica.

Subcláusula primeira. Competirá aos responsáveis a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta de cada partícipe.

Subcláusula primeira. As ações que implicarem repasse de recursos serão viabilizadas por intermédio de instrumento específico.

Subcláusula segunda. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS HUMANOS



Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTICIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe.

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO E VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Acordo de Cooperação Técnica será de 360 a partir da assinatura, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ENCERRAMENTO

O presente Acordo de Cooperação Técnica será extinto:

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por denúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

Subcláusula primeira. Havendo a extinção do ajuste, cada um dos partícipes fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

Subcláusula segunda. Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, os partícipes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 30 (trinta) dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação Técnica; e
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

A Defensoria Pública do Distrito Federal providenciará a publicação resumida deste Acordo no Diário Oficial do Distrito Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO

A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AFERIÇÃO DE RESULTADOS

Os partícipes deverão aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 10 dias após o encerramento.



CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI Nº 13.709/2018

Para o cumprimento da Lei nº 13.709/2018:

- a) As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução da cooperação técnica, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras organizações ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto do acordo.
- b) As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do presente ajuste, por inobservância à LGPD.
- c) A partes declaram que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e, se comprometem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados.
- d) O canal de comunicação em caso de incidentes de segurança será a Unidade Gestora da Lei Geral de Proteção de Dados (UGLGD), por intermédio do endereço de correio eletrônico: <uglgpd@defensoria.df.gov.br>.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

As situações não previstas no presente instrumento serão solucionadas de comum acordo entre os partícipes, cujo direcionamento deve visar à execução integral do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Fica eleito o foro de Brasília/Distrito Federal para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Acordo de Cooperação.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, assinam eletronicamente por meio de seus representantes, para que produza seus legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pela **DPDF**:


CELESTINO CHUPELE
Defensor Público-Geral

Pelo **CESB**:


LUIZ CLAUDIO COSTA
Reitor


02/09/24

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SIA Trecho 17, Rua 7, Lote 45 - Bairro Zona Industrial Guará - CEP 71200-219 - DF

2196-4349

3º OFÍCIO DE NOTAS E PROTESTO DE TÍTULOS DE BRASÍLIA
SCS Quadra 08, Bloco B-60, Loja 140-D, Vendas Shopping, 1º Andar, CEP 70333-900 - Brasília-DF
Fone: (61) 3321-2212 - Site: www.3oficio.com.br - Email: labjca@3oficio.com.br

RECONHEÇO e dou fe por SEMELHANÇA a(s) firma(s) de: [assinatura]

CPF: 00000000-00-000000000-00
TJDF12024000012642AD00N
consultar: www.tjdft.jus.br

Em Testemunho da verdade,
Brasília, 02 de setembro de 2024 - 18:12:30
025 - DENISART DOS SANTOS SILVA
ESCREVENTE AUTORIZADO

